

O legado anticolonial da obra de Lélia Gonzalez

The anticolonial legacy of Lélia Gonzalez's work

Meire Oliveira Silva

*Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas, Brasil*
<https://orcid.org/0000-0001-5877-7531>

e-mail: meire_oliveira@uol.com.br

Recibido: 20/09/2021
Aprobado: 25/11/2021

RESUMO

O legado de Lélia Gonzalez apresenta-se cada vez mais atual e necessário em um país cujos ecos de racismo, sexismo e totalitarismos seguem a deflagrar um sistema social perverso ancorado em uma formação histórica escravocrata e colonialista (Bosi, 2006). Dessa forma, é possível entrever as marcas de exclusão e violências que permanecem nas identidades de mulheres descendentes dos povos indígenas e africanos. Os estudos de Lélia Gonzalez propõem um olhar atento para tais subjetividades e narrativas de existências silenciadas representando uma das mais potentes e precursoras vozes de denúncia entre os estudos brasileiros a questionarem uma formação repleta de fissuras históricas e amarras coloniais. Gonzalez retoma questões atreladas a ancestralidades detentoras de resistências atemporais diante dos silenciamentos subalternizadores (Spivak, 2014) que antecipariam muitas das correntes de pensamento voltadas aos estudos pós-coloniais, decoloniais e anticoloniais produzidos no país hoje. O fato de transitar por metodologias diversas, ao atuar tanto na militância quanto na universidade, reflete-se em suas abordagens epistêmicas e demonstra a coragem da teórica e militante ao desvelar as camadas sobrepostas de preconceitos interseccionais (Akotirene, 2019) que sempre atravessaram a “América ladina” (Gonzalez, 1984). Sendo assim, esta comunicação pretende averiguar como essas ideias vanguardistas de enfrentamento de saberes e poderes hegemônicos, em meio a uma sociedade ancorada em abusos e extermínios simbólicos e reais, são tratadas na obra de Lélia Gonzalez. Para isso, serão analisados alguns ensaios reunidos na coletânea *Por um feminismo afro-latino-americano* (Rios; Lima, 2020), tais quais “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” (Gonzalez, 2020, p. 75), “Democracia racial? Nada disso!” (Gonzalez, 2000, p. 201) e outros, que tratam da problemática imbricada à imagem das mulheres latino-americanas, já realizam denúncias há quatro décadas e confirmam a atualidade de sua obra.

Palavras-chave: Lelia Gonzalez; cultura brasileira; interseccionalidade; racismo; sexismo.

ABSTRACT

Lélia Gonzalez’s legacy is increasingly current and necessary in a country whose echoes of racism, sexism and totalitarianism continue to trigger a perverse social system anchored in a slavery and colonialist historical formation (BOSI, 2006). In this way, it is possible to glimpse the marks of exclusion and violence that remain in the identities of women descendants of indigenous and African peoples. Lélia Gonzalez’s studies propose a careful look at such subjectivities and narratives of silenced existences, representing one of the most powerful and pioneering voices of denunciation among Brazilian studies to question a formation full of historical fissures and colonial ties. Gonzalez takes up questions linked to ancestors with timeless resistances in the face of subalternizing silencing (Spivak, 2014) that would anticipate many of the currents of thought aimed at postcolonial, decolonial and anticolonial studies produced in the country today. The fact of moving through different methodologies, acting both in militancy and in the university, is reflected in their epistemic approaches and demonstrates the courage of the theoretician and militant to unveil the overlapping layers of intersectional prejudices (Akotirene, 2019) that have always crossed the “América ladina” (Gonzalez, 1984). Therefore, this communication intends to

investigate how these avant-garde ideas of confronting hegemonic knowledge and powers, in the midst of a society anchored in symbolic and real abuse and extermination, are treated in Lélia Gonzalez's work. For this, some essays gathered in the collection *For an Afro-Latin American feminism* [Por um feminismo afro-latino-americano] (Rios; Lima, 2020) will be analyzed, such as “Racism and Sexism in Brazilian Culture” [“Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”] (Gonzalez, 2020, p. 75), “Racial Democracy? None of that!” [“Democracia racial? Nada disso!”] (Gonzalez, 2000, p. 201) and others, who deal with the issue imbricated to the image of Latin American women, have been making complaints for four decades and confirm the relevance of their work.

Keywords: Lélia Gonzalez; Brazilian culture; intersectionality; racism; sexism.

INTRODUÇÃO

A filósofa, professora, pesquisadora e ativista política Lélia Gonzalez é uma das grandes pensadoras e autoras de obras que versam sobre as problemáticas raciais e de gênero no Brasil. Pode-se afirmar que muitos dos seus textos antecipariam os estudos desenvolvidos referentes à decolonialidade no país. Suas ideias vanguardistas revelam a coragem da teórica cuja herança intelectual é cada vez mais reconhecida. Por mais que tenha havido tentativas incessantes de silenciamento de sua voz e apagamento de seu legado, tanto em vida como postumamente, sua voz ainda ecoa entre os estudos brasileiros.

Suas contribuições voltam-se à denúncia de múltiplos preconceitos indelévels da sociedade brasileira e, ainda mais, perpetrados na América Latina subjugada pelas questões escravocratas e coloniais. Espaço de disputas de saberes e poderes em constante embate contra as dominações hegemônicas, a “América ladina” é marcada pela máquina colonizadora de dominação dos nativos e escravização dos africanos aportados após o tráfico de mão de obra pelo Atlântico.

A partir da antologia “Por um feminismo afro-latino-americano”, organizada por Márcia Lima e Flávia Rios, publicada em 2020, os textos da autora foram reunidos, entre conferências, entrevistas e ensaios. O presente artigo, desse modo, abordará alguns dos títulos presentes no supracitado volume, especialmente, os seguintes ensaios, a saber, “Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher”, “A mulher negra brasileira: uma abordagem político-econômica”, “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, “Mulher negra”, “A categoria político-cultural de amefricanidade”, “Por um feminismo afro-latino-americano”, entre outros.

Os tensionamentos oriundos das questões norteadoras da formação da sociedade brasileira – e latino-americana – colonial e escravista constituem o cerne do presente artigo em tom ensaístico cujo objetivo é apresentar algumas das principais características da obra de Lélia Gonzalez e, ao mesmo tempo, discutir questões e produções contemporâneas que se inspiraram em sua obra advindas da literatura, da filosofia e dos estudos sociais.

Sendo assim, a revisão bibliográfica a amparar o referencial teórico transita entre autorias que tratam das questões relativas aos movimentos de exclusão e violências envoltos pela colonialidade. Os pioneiros e consagrados nomes de Frantz Fanon (2008) e Gayatri C. Spivak (2014) aparecem junto a autoras contemporâneas, como Françoise Vergès (2020) e Carla Akotirene (2019). Os ensaios escolhidos para análise e discussão, entre “A categoria político-cultural de amefricanidade” e “Por um feminismo afro-latino-americano”, versarão sobre os pilares de uma sociedade ancorada em traumas e fissuras históricas cujas amarras históricas reverberam em outros de seus textos mais conhecidos como “Racismo e sexismo na cultura brasileira” e “A mulher negra brasileira: Uma abordagem político-econômica”. Sendo assim,

observa-se a imagem da mulher negra como problemática categoria epistêmica a desvelar uma série de preconceitos enraizados nas sociedades submetidas ao jugo colonial ainda hoje como já demonstrava a teórica que encontra ressonância nos estudos raciais e de gênero contemporâneos.

PROTAGONISMO FEMININO E AUTORIAS NEGRAS: ENTRE AS BUSCAS DE UM LUGAR

A perspectiva “lusotropicalista” de Gilberto Freyre (2006) aparece confrontada por Gonzalez que denuncia a falácia em torno da suposta “democracia racial”. A fim de encobrir os mecanismos dos horrores da escravidão, uma narrativa repleta de distorções descreveu a colonialidade e a mestiçagem no Brasil. Gonzalez se embateu fortemente a tais violências discursivas veladas. A imagem da mulher negra, nesse sentido, é retomada de uma tradição literária canônica para ser ressignificada em resistência. Em “Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher” (Gonzalez, 2020, p. 25), a teórica chama a atenção para o fato de que o chamado feminismo branco – atuante desde a década de 1960 nos Estados Unidos e na Europa –, a partir da segunda onda feminista, muitas vezes acaba reproduzindo discursos plenos de preconceitos e falta a essa corrente compreensão da complexidade que envolve as vivências das mulheres negras em sociedade.

Desse modo, ressalta que “[...] a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra” (Gonzalez, 2020, p. 43), ao mesmo tempo em que problematiza os alicerces nos quais estão ancoradas as organizações sociopolíticas dos “textos feministas que tratam da questão das relações de dominação homem/mulher, da subordinação feminista, de suas tentativas de conscientização etc.” desafiando-os idelologicamente em seus discursos (Gonzalez, 2020, p. 43).

Esse processo demonstra que o pensamento de Gonzalez residia em um lugar de vanguarda no pensamento intelectual brasileiro de modo a potencializar reflexões e estabelecer diálogos com o que existe de mais atual nos estudos teóricos relativos à raça, à classe e ao gênero como categorias manipuladas histórica e socialmente por um viés opressor, levantados pela interseccionalidade em abordagem teórica:

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: "domésticas" ou "mulatas". O termo "doméstica" abrange uma série de atividades que marcam seu "lugar natural": empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo "mulata" implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada "produto de exportação" [...] Esse tipo de exploração sexual da mulher negra se articula a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira. Que se pense no processo de apropriação das escolas de samba por parte da indústria turística, por exemplo, e no quanto isso, além de lucro, se traduz em imagem internacional favorável para a "democracia racial brasileira" (Gonzalez, 2020, p. 44).

O passado escravocrata aparece atualizado em ocupações que relegaram os corpos e identidades negras à exclusão, ao apagamento e ao extermínio. A imagem da mulher negra é descrita e analisada por Lélia Gonzalez a partir das manobras escravistas, seja nas mucamas ou nas chamadas escravas de eito, que atuavam em rotinas de trabalho ainda mais pesadas para fora da casa-grande. O dia a dia dentro das propriedades não era menos penoso, com atribuições às jovens mucamas de cuidar da casa, da senhora e seus filhos e também serviam aos arroubos

dos desejos sexuais dos senhores. Vítimas de violências sexuais, essas mulheres ainda eram culpabilizadas e, muitas vezes, duramente castigadas pelas mulheres brancas que imputavam às vítimas mais dores e injustiças. As figuras das amas de leite que, no imaginário nacional, aparecem edulcoradas como uma forte ligação com a criança da casa-grande, também encobrem a violência de mães apartadas de seus filhos que também seriam destinados à escravidão.

A literatura brasileira está repleta de obras que retratam esses processos de violências físicas e simbólicas desde a ideia de “democracia racial” fomentada por Gilberto Freyre que, por mais que não tenha exatamente utilizada essa expressão, refere-se à miscigenação de maneira romântica capaz de velar os estupros e suas terríveis consequências. Atualmente, as babás (Silva, 2021), as empregadas domésticas e mesmo as diaristas são submetidas a um sistema ainda perverso herdado dessa lógica patriarcal habituada a relegar os corpos femininos negros à subalternidade (Spivak, 2014).

As novas sinhás como as patroas que figuram no mercado de trabalho deflagram as disparidades sociais confundidas às violências raciais que comprovam a persistência de outros modos de escravidão nos quais as mulheres negras residem no ponto mais frágil dessas explorações. Lelia Gonzalez antecipa dessa maneira uma preocupação que ocupa hoje diversas produções das artes nacionais contemporâneas que tratam as relações desiguais trabalhistas nos cargos ocupados por mulheres racializadas (Vergès, 2020):

*Escrevi este livro para mostrar que o trabalho de cuidado e limpeza é indispensável e necessário ao funcionamento do patriarcado e do capitalismo racial e neoliberal; contudo, embora indispensável e necessário, ele deve permanecer invisível, marcado pelo gênero, racializado, mal pago e subqualificado. **Também o escrevi para tornar visível a dimensão colonial e racial de um feminismo europeu convencido de ter escapado das ideologias racistas da escravatura e do colonialismo. [...] Os direitos das mulheres, quando esvaziados de toda dimensão radical, tornam-se um trunfo nas mãos dos poderosos. Esse feminismo legitimou uma divisão entre uma sociedade aberta por natureza à igualdade entre mulheres e homens (a europeia) e as sociedades por natureza hostis à igualdade (todas as outras, mas principalmente a muçulmana)** (Vergès, 2020, grifos meus).*

A mesma análise foi empreendida por Lelia Gonzalez décadas atrás ao sondar os recursos naturalizados de violência desferida às mulheres negras que estão na escala de exploração ainda mais sujeitas às violências trabalhistas da contemporaneidade como resquícios da exploração do sistema colonial. As diversas jornadas de trabalho e a contínua opressão que envolve corpos e identidades das mulheres negras ainda hoje demonstram a manutenção de um sistema social calcado nas exclusões das violências de diversas ordens:

*Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de **tripla discriminação**, uma vez que os estereótipos gerados pelo **racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão** [...] Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da "inferioridade" que lhe seriam peculiares. **Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar.** [...] E isso sem contar quando tem de acordar mais cedo (três ou quatro horas da "manhã") para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar de algum filho doente; ou então quando tem de ir às "reuniões de pais" nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas "psicológicos" de seus filhos, que apresentam um*

comportamento “desajustado” que os torna “dispersivos” ou incapazes de “bom rendimento escolar” (Gonzalez, 2020, p. 54, grifos meus).

“A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica”, um dos textos presentes na coletânea aqui analisada, é descrito pelas organizadoras como parte de uma conferência apresentada no *Spring Symposium The Political Economy of the Black World*, em 1979. Na ocasião, Gonzalez explica que os mecanismos exploratórios convivem com a memória e os costumes de uma ancestralidade de resistência contra a lógica colonial, como os quilombos símbolos do “berço da nacionalidade brasileira” (Gonzalez, 2020, p. 50) nos quais o “pretuguês” era a língua de resistência ao cristianismo (Gonzalez, 2020, p. 50). “A categoria político-cultural de amefricanidade” é uma das articulações teóricas que embasam o cerne do pensamento de Lelia Gonzalez ao conceber as identidades de gênero em um contexto colonial, a partir da dominação patriarcal (Gonzalez, 2020, p. 131):

Sabemos que as sociedades ibéricas se estruturam a partir de um modelo rigidamente hierárquico, onde tudo e todos tinham seu lugar determinado (até mesmo o tipo de tratamento nominal obedecia às regras impostas pela legislação hierárquica). Enquanto grupos étnicos diferentes e dominados, mouros e judeus eram sujeitos a violento controle social e político. As sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante. (Gonzalez, 2020, p. 131).

Os espólios sexuais atravessados por questões raciais desvelam construções arraigadas em violências naturalizadas de comportamentos e padrões geradores de contínuos processos de exploração no país, em discursos tais quais uma expressão do humorista Millôr Fernandes. Ao afirmar que “não existe racismo no Brasil porque o negro conhece o seu lugar, sintetiza o que acabamos de expor” (Gonzalez, 2020, p. 131), segundo a filósofa, e assim corrobora todo o pensamento racista erigido e perpetrado na sociedade brasileira.

A formação latino-americana é mostrada nos estudos de Lelia Gonzalez por meio da descrição das imposições de origem totalitária deflagradoras das fissuras de uma história pautada pela colonização de mentes e corpos. Esses movimentos de violência insistem em menosprezar os saberes de uma ancestralidade nativa indígena e africana. Nesse sentido, o engendramento das relações sociais em voga nas sociedades latino-americanas reproduz as exclusões sociais, raciais e de gênero de forma assimétrica. Dessa maneira, os indícios de apagamento e silenciamento interseccionais perfazem a organização social que norteia, não só a afirmação das identidades e existências, mas também os afetos que permeiam o ser-mulher quando filtrado por lentes eurocêntricas cujas construções discursivas veiculam a hegemonia de uma concepção excludente de memórias e histórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção intelectual de Lelia Gonzalez é pautada pelas preocupações em torno da persistência dos mecanismos violentos de escravidão e colonialismo que, arraigados à formação social e histórica do Brasil, revelam aspectos indelévels atrelados ao racismo e ao sexismo nos quais as mulheres negras são as maiores vítimas.

Assim sendo, as breves considerações acerca da antologia “Por um feminismo afro-latino-americano”, organizada por Márcia Lima e Flávia Rios, buscaram apresentar algumas

das ideias da filósofa e ativista que tratou das questões escravocratas e coloniais ainda persistentes na organização da atual sociedade brasileira.

Portanto, sua contribuição aos estudos raciais decoloniais revelam profunda consciência dos preconceitos presentes e persistentes na sociedade brasileira e antecipam inegavelmente em décadas muitas das discussões políticas, sociais e acadêmicas empreendidas na contemporaneidade. Seu lugar de pesquisadora corajosa atesta o vanguardismo de escritos e provocações teóricas que são cada vez mais refletidas e incorporadas às discussões dos estudos contra hegemônicos.

REFERÊNCIAS

- Akotirene, C. (2018). *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Ed. Letramento.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Foucault, M. (2005). *A ordem do discurso*. 12. ed. São Paulo: Loyola.
- Freyre, G. (2006). *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global.
- Gonzalez, L. (2020). “Racismo e sexismo na Cultura Brasileira”. In: Rios, Flavia; Lima, Márcia (Orgs.) (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2020). “Democracia racial? Nada disso!”. In: Rios, Flavia; Lima, Márcia (Orgs.) (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2020). “A categoria político-cultural de amefricanidade”. In: Rios, Flavia; Lima, Márcia (Orgs.) *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2018). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana.
- Silva, M. (2021). “Desigualdades afetivas de raízes ancestrais: uma análise de imagens e discursos acerca de amas de leite e babás na formação do Brasil”. In: *Revista Línguas e Letras*. Unioeste. Vol. 22, n. 52.
- Spivak, G. (2014). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Vergès, F. (2020). *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora.
-